

# SISTEMATIZAÇÃO DO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO COLÉGIO SALESIANO DOM BOSCO/SALVADOR/BA<sup>1</sup>

Débora de Almeida Ramos Oliveira

Rosângela Silva Prazeres de Santana

Vilane Reis Santana

## INTRODUÇÃO

O Assistente Social tem sido requisitado nas escolas filantrópicas/confessionais para realização de avaliação socioeconômica, a fim de concessão de gratuidade para bolsa de estudo. Como dispõe a Lei que Regulamenta a profissão n. 8.662/93: em seu Art. 4º. Constituem competências do Assistente Social: [...] XI – Realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefício e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades (BRASIL, 1993, p.13).

Entretanto, é importante salientar, que a atuação do Assistente Social, vai além da análise socioeconômica, apesar de a profissão estar inserida nesse contexto por obrigações legais, compreende-se que o profissional tem o compromisso ético de viabilizar o acesso à educação para alunos de baixa renda, contribuindo para sua permanência e sucesso escolar.

Visando isto, a sistematização do trabalho profissional do Assistente Social no Colégio Salesiano Dom Bosco/Salvador/BA, traz como objetivo, identificar quais atividades e intervenções desenvolvidas pelo serviço social que são exclusivas da profissão. Além de analisar a autonomia e as condições de trabalho do profissional neste espaço sócio-ocupacional. A metodologia utilizada para construção deste trabalho foi à pesquisa bibliográfica, que permite ao investigador uma gama de fenômenos muito mais amplo do que poderia pesquisar diretamente. E a pesquisa documental, a partir de documentos que constituem fonte rica e estável de dados (GIL, 2002).

---

<sup>1</sup>DOI - 10.29388/978-65-81417-30-7-f.83-102

Este trabalho foi fruto da participação das autoras no curso de extensão sobre a sistematização do trabalho do Assistente Social nas escolas privadas e confessionais no estado da Bahia nos dias 20 e 21 de maio e 5 de junho de 2020.

A sistematização do trabalho do Assistente Social nos colégios confessionais dá folego para os desafios que surgem no cotidiano profissional e não permite engessar a visão quanto aos sujeitos que ali estão sendo mais do que números de bolsistas da instituição, mas famílias com direitos adquiridos e com múltiplas realidades e possibilidades de intervenção. Para tanto, é preciso organizar as demandas, pensar as coloentrevistas e realizá-las com afinco, trabalhando em prol da nossa autonomia não apenas como profissionais, mas como parte integrante e relevante da instituição.

A sistematização permitiu um mergulho no cotidiano do setor a partir de outro lugar. Revisitando memórias e reavaliando práticas de intervenção e condução de cada caso registrado nos relatórios, diário de campo e no livro de registro do serviço social.

## **A TRAJETÓRIA DO ASSISTENTE SOCIAL NA HISTÓRIA: DE ASSISTENCIALISTA A DEFENSOR DE DIREITOS**

No Brasil o Serviço Social surge do acirramento da questão social que ocasionou o aumento excessivo das desigualdades sociais em virtude das transformações sociais e econômicas na década de 1930, ocasionados pelo desenvolvimento das indústrias nos grandes centros urbanos.

Segundo Carvalho e Iamamoto (2007, p. 127-128):

[...] Para apreender o sentido histórico do Serviço Social, torna-se necessário analisar, ante o “problema social” e seu aguçamento, o posicionamento e ações assumidos e desenvolvidos pelos diferentes grupos e frações dominantes e pelas instituições que mediatizam seus interesses ante a sociedade [...].

Durante a segunda metade da década de 1920, o Brasil encontrava-se em um processo revolucionário, o qual exigia uma acelerada recom-

posição do quadro político, econômico e social e, uma nova expressão das relações sociais, entrando em cena a classe operária nos centros urbanos. A repressão policial utilizada pela burguesia durante a primeira república para manter a ordem social, já não era mais eficiente, pois o movimento operário se fortalecia a cada dia, principalmente durante o período de 1917 a 1921: “A luta pela vida, pela sobrevivência, pelo trabalho, pela liberdade, levava o proletariado a avançar em seu processo organizativo, o que era visto com muita apreensão pela burguesia”. (MARTINELLI, 2007, p. 122).

Segundo Yamamoto (2007), a questão social só passa a ser discutida a partir do aumento das reivindicações realizadas pela classe operária, que obrigou o Estado, as frações dominantes e a Igreja Católica a se posicionar diante dela. Para a Igreja Católica, a questão social não deveria ser vista só como um problema político e econômico, acreditava que ela estava relacionada à moral e a religião, justificando-se que se Deus é a fonte de toda a justiça, logo, a sociedade teria que seguir princípios cristãos para realizar a justiça social.

O surgimento da questão social no Brasil emerge com o término do período escravocrata, entretanto, se torna mais visível a partir da expansão capitalista em que se apresenta no país um polo industrial, dando início ao processo de transição da economia agroexportadora para um acúmulo interno de capital. Logo, a partir do desenvolvimento das indústrias nos grandes centros urbanos, há o abandono dos meios de produção agrária, e os sujeitos passam a ser inseridos no mercado de trabalho capitalista, que se mantém da expropriação do trabalho; um operário chegava a trabalhar quatorze horas por dia, em condições insalubres, os salários eram muito baixos em virtude do número significativo de trabalhadores que formavam o exército industrial de reserva.

As leis sociais passam a ser exigidas pelos operários, que passam a exigir seus direitos através de movimentos sociais, para assim, garantir a sua cidadania. Ao redor dos problemas sociais decorrentes da questão social, encontra-se a Igreja Católica, o Estado e a burguesia, como forma de impedir os avanços das reivindicações operárias. (CARVALHO; IAMAMOTO, 2007).

As reivindicações dos trabalhadores são o reflexo do crescimento e fortalecimento das indústrias, pois com a expansão do polo industrial, a sociedade brasileira passou por grandes transformações envolvendo

vários problemas sociais, solicitando profundas mudanças na união de forças dentro do Estado e na sua ligação com as classes sociais. (CARVALHO; IAMAMOTO, 2007).

Uma das expressões da questão social foi a organização da classe operária que a partir da experiência comum de opressão e exploração resultou na sua identificação enquanto classe, passando a exigir do Estado o seu reconhecimento, para assim buscar políticas diferenciadas em prol dos seus interesses.

Nesse sentido, entende-se que as leis sociais no Brasil surgiram em meio aos acontecimentos decorrentes da época, como o fortalecimento do capitalismo na economia brasileira promovendo profundas mudanças na forma como a classe dominante via a questão social, quando esta deixou de ocupar o segundo plano para ser colocada no centro das contradições antagônicas entre a classe burguesa e o proletariado. Essa nova qualidade atribuída à questão social foi consequência do crescimento da classe operária, visto que, seus membros buscaram fortalecer os laços de solidariedade política entre si, para, a partir daí, construírem possibilidades de criar um projeto alternativo à dominação burguesa (CARVALHO; IAMAMOTO, 2007).

Com o avanço do capitalismo ocorreu visivelmente um grande aumento de operários nas cidades, estes identificando, ao seu redor, as precárias condições existentes, logo se organizam com o objetivo de se fortalecer enquanto classe para assim buscar leis que viessem a garantir a sua cidadania. Porém, a pressão exercida pelos operários não impediu os avanços industriais; a burguesia industrial buscava cada vez mais fortalecer seus laços com os setores mais abastados da própria classe, com o Estado e com a Igreja Católica, concentrando assim o poder hegemônico entre eles.

A implantação do Serviço Social se dá no decorrer desse processo histórico. Não se baseará, no entanto, em medidas coercitivas emanadas do Estado. Surge da iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam, principalmente, por intermédio da igreja católica (CARVALHO; IAMAMOTO, 2007, p. 127).

A inserção do Serviço Social no Brasil ocorre em meio a um conjunto de acontecimentos marcantes, ocorridos durante as décadas de 20

e 30, quando o país vivenciou várias transformações por conta da transição econômica. Tais mudanças repercutiram em revoltas e reivindicações, que estarão presentes em vários movimentos sociais, pois, a classe operária almejava políticas sociais que atendessem às suas necessidades.

As sociedades pré – capitalistas não privilegiavam as forças de mercado e assumiam algumas responsabilidades sociais, não com o fim de garantir o bem comum, mas com o intuito de manter a ordem social (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 47).

Visando atender tais requisições, a classe dominante não teve alternativa, senão a elaboração e implantação de políticas, com o intuito de amenizar os conflitos sociais existentes. Carvalho e Iamamoto (2007), afirmam que a crise internacional de 1929 e o movimento que ocorreu em outubro de 1930, marcaram profundamente a trajetória da sociedade brasileira, pois durante esse período o país passou por uma grande mudança estatal e econômica.

O movimento de 1930 foi uma mobilização do movimento católico laico, que buscou consolidar e recuperar seus privilégios para assim definir e legitimar sua posição na sociedade civil, como membro dentro da nova classe dominante. A mobilização do movimento laico, não só tinha o objetivo de ampliar os seus antigos privilégios e prerrogativas, como também, de assegurar dentro do aparelho estatal as condições necessárias para que a igreja pudesse consolidar sua influência social. De acordo com Carvalho e Iamamoto (2007), com a chegada da nova classe burguesa na sociedade brasileira, a Igreja Católica perdeu seu domínio, nesse sentido precisava buscar uma maneira de permanecer na classe dominante e manter a sua influência sobre a sociedade, o que fez surgir o movimento católico laico.

Esse processo, que durante a década de 1920 se desenvolve apenas moderadamente, se acelerará no início da década seguinte, com a mobilização, pela igreja, do movimento católico leigo. Surgirá o Serviço Social como departamento especializado da Ação Social, embasado em sua doutrina social (CARVALHO; IAMAMOTO, 2007, p. 140).

É nesse contexto que se dá o nascimento do Serviço Social no Brasil, através da iniciativa da burguesia com todo o apoio da Igreja Católica, seus primeiros passos ocorrem a partir da criação do Centro de Estudo e Ação Social (CEAS). Nesse sentido, vemos que a profissão surge como instrumento a ser utilizado a serviço do capital, para conter a classe trabalhadora que se encontrava em efervescente mobilização e revolta.

Martinelli (2007) vai dizer que o Serviço Social no Brasil surge na década de 1930, por iniciativa de setores da burguesia e da Igreja Católica e sob a influência do Serviço Social europeu, acrescenta que sua origem está diretamente vinculada a um conjunto de acontecimentos históricos e já se faziam presentes desde a segunda metade da década de 1920. Naquele momento a economia brasileira não se concentrava mais nas atividades agrárias e de exportação, consolidavam-se no país as grandes indústrias.

O Serviço Social surge então a partir de uma demanda interna da sociedade burguesa, que ao se dar conta que a classe operária, não aceitava mais a opressão do capitalismo, dando sinais de revolta contra o sistema político e econômico adotados pelo Estado, com o intuito de garantir a instalação do sistema capitalista, começa a se articular e questionar suas condições de vida e trabalho. De certo, que para manter a ordem e acalmar os ânimos cria, como estratégia, ações dirigidas pela igreja, no sentido de frear a mobilização dos trabalhadores, o que se configurou como questão social. Assim, percebe-se que o Serviço Social em sua gênese tem uma vinculação direta com o Estado, a Igreja e o capital; sua prática esta alicerçada na caridade e justiça advindas da Doutrina Católica, que defendia um clima de cordialidade e paz entre os homens.

Battini (2009), diz que a profissão não pode ser analisada, como um fato isolado, nem como fruto da vontade de algumas pessoas, que desejavam o bem, mas deverá ser situada em um contexto histórico, que por sua vez, compreende um processo cumulativo de acontecimentos econômicos, políticos, sociais e religiosos. Destarte, para atender as necessidades surgidas em virtude das mudanças no âmbito econômico, político e social, nasce no berço da Igreja Católica o Centro de Estudo e Ação Social (CEAS).

O CEAS foi criado em 1932, pela Igreja Católica para responder as necessidades sociais e tornar suas obras de caridade mais eficazes. O CEAS buscava promover estudos voltados para o catolicismo e o conhecimento acerca dos problemas sociais da época, visto que, a igreja consi-

derava essa a melhor forma de transformar a realidade social e tornar o trabalho das chamadas, “trabalhadoras sociais” mais eficientes. (CARVALHO; IAMAMOTO, 2007).

O Serviço Social é implantado no Brasil (e em São Paulo) em 1936, através do Centro de Estudo e Ação Social (CEAS), um dos promotores da ação católica de São Paulo. A problemática operária era uma preocupação do CEAS, criado em 1932, em plena revolução paulista (SPOSATI, 2008, p. 43).

O CEAS realizou o primeiro curso de ação social, cujas participantes eram militantes católicas, moças e senhoras católicas da burguesia que já desenvolviam atividades voltadas para a filantropia (MARTINELLI, 2007).

Por isso, o Serviço Social se caracteriza como uma profissão que surge do seio católico a partir de uma necessidade social e religiosa, onde suas pioneiras eram moças e senhoras católicas pertencentes à classe burguesa (CARVALHO; IAMAMOTO, 2007).

Battini (2009) argumenta que as atribuições do Serviço Social em sua origem foram baseadas na caridade e não numa prática garantidora de direitos. Desta forma, os assistentes sociais vão tentar desenvolver suas práticas baseadas nessa lógica, onde vão atuar sobre as refrações da questão social e não sobre a sua causa, a partir de suas percepções (CARVALHO; IAMAMOTO, 2007).

Fazendo uma análise da trajetória de construção do Serviço Social no Brasil, percebe-se que seu caráter era completamente conservador, sua finalidade era amenizar conflitos entre a burguesia e a classe operária, manter a ordem vigente por meio da orientação da sociedade acerca dos valores religiosos e morais e, sobretudo, manter a estrutura social.

O Serviço Social foi regulamentado em 1957 com a Lei n. 3.252/57 que viria a ser revogada mais tarde pela Lei n. 8.662 de 1993, a profissão surge como resposta do Estado às pressões causadas pela luta de classes e articulação da classe trabalhadora que começa ameaçar a hegemonia estatal.

Embora nesse período houvesse uma ampliação e modernização rápida das manifestações, por conta do crescimento de várias escolas es-

pecializadas e da demanda objetiva do Estado e das empresas, com o advento do golpe de 64 e a repressão extensiva houve uma paralisação dos movimentos, voltando a aparecer somente na década seguinte. Apesar da importância dessas manifestações para evolução da profissão, a mesma não ocorre de forma explícita, é colocada de forma limitada e pouco definida (IAMAMOTO, 2007).

Segundo Faleiros (2007), entre as décadas de 60 e 80 os países latino-americanos passaram por grandes transformações, marcando esse período com um sistema de dominação, dependência, mobilização popular, reforma e autoritarismo político. A classe dominante respondia a esses movimentos com projeto de reforma ou repressão, sendo que esse conjunto de fatores deu origem ao Movimento de Reconceituação em busca de mudanças no interior do Serviço Social.

Para Jamamoto (2008), o Movimento de Reconceituação foi um marco significativo no desenvolvimento do Serviço Social, a sua aproximação com a corrente marxista foi primordial para analisar o debate contemporâneo. O Movimento de Reconceituação surgiu a partir de questionamentos referentes ao conservadorismo profissional, contestando os fundamentos teórico, ideológico e político da profissão e sua prática operante.

A ruptura com o Serviço Social tradicional se inscreve na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformações da estrutura capitalista excludente, concentradora, exploradora (FALEIROS, 2007, p. 143).

Através do Movimento de Reconceituação o Serviço Social despertou para um fazer profissional pautado numa consciência crítica acerca da realidade e do compromisso com a classe trabalhadora.

Segundo Faleiros (2007), o Serviço Social se insere em um contexto de profundas mudanças, vivendo na atualidade um novo modelo de acumulação capitalista típico do modelo neoliberal de privatização e de terceirização, trazendo consequências graves para a relação de trabalho e emprego, onde o Estado se torna cada vez mais mínimo. Portanto é necessário que o profissional de Serviço Social venha desconstruir ideias e práticas conservadoras, para e partir daí construir uma nova prática de atuação.



Segundo Iamamoto (2008), o Serviço Social precisa voltar seu olhar para fora da profissão, desvinculando-se de uma prática rotineira e burocrática, abrir os olhos para novos horizontes, almejando requalificar o seu fazer profissional, modificando a realidade apresentada, pois a vida em sociedade é dialética, está em constante transformação.

É necessário criar alternativas para o seu enfrentamento, que segundo Iamamoto (2008) não sai de uma “cartola mágica”, ou seja, não aparece do nada, é necessário que o profissional tenha um olhar além do que já se vê, pois, as possibilidades já fazem parte da realidade, basta identificá-las e transformá-las.

O Serviço Social uma profissão de luta, sempre articulada no sentido de ocupar espaços, a fim de, garantir direitos aos usuários, assim, os assistentes sociais estão presentes na área da educação desde o início de sua própria construção enquanto categoria profissional, todavia, é na década de 1990, com o aprimoramento do Código de Ética que se visualiza de maneira mais nítida o aumento de sua inserção nessa área no Brasil.

De acordo com Souza, Mesquita e Ribeiro (2012, p. 248):

Historicamente, a presença do/a assistente social na área da educação remonta à década de 1930, portanto, desde a origem dos processos sócio-históricos constitutivos da profissão. No entanto, é a partir da década de 1990, em consonância com o amadurecimento do projeto ético-político profissional, que se visualiza no Brasil um considerável aumento da inserção da categoria profissional na área da Educação.

De acordo com o CFESS, é a partir de 1990 que há o aumento de Assistentes Sociais na área da educação no Brasil, tal fato é o resultado do amadurecimento ético-político pelo qual a profissão passou nesse mesmo período. A década de 1990 marca o avanço do Serviço Social nesse espaço, como fruto do amadurecimento da profissão, a partir de um olhar ético-político mais apurado e independente das amarras do capital, esse profissional, ganha espaço na gestão, elaboração, execução de projetos na área de educação, e no atendimento dos usuários, prática importante para entender e intervir melhor sobre sua realidade.

De acordo com Cruz *et al.* (2013, p. 04):

É a partir da década de 1990, em consonância com o amadurecimento do Projeto Ético-Político, que se visualiza um considerável aumento do Serviço Social na Educação, visto que este espaço apresenta diversas demandas para a profissão, desde um trabalho gerencial na elaboração, execução e avaliação de projetos educacionais, bem como na intervenção com os/as usuários frente às complexidades das instituições.

Vale ressaltar que aos poucos a profissão foi descobrindo seus espaços de atuação e assim a educação se apresenta também como uma área onde o Assistente Social pode atuar justamente por refletir no comportamento de alunos e na forma como a educação é ofertada a população, as manifestações da questão social, a desigualdade de oportunidades e ao mesmo tempo, por esse espaço, quando valorizado, ser um veículo de transformação social.

Nesse sentido, o campo educacional torna-se, hoje para o Assistente Social, não apenas um futuro campo de trabalho, mas sim um componente concreto do seu trabalho em diferentes áreas de atuação que precisa ser desvelado (ALMEIDA, 1997).

A inserção do Assistente Social no campo da educação privada, reforça a luta por esse direito para todos. É importante lembrar que as conquistas sociais são parte de um processo longo e duro, por isso cada passo que se dá e cada espaço ocupado é válido para a minoria excluída, assim os programas e projetos que oportunizam a crianças e adolescentes um ensino melhor, devem ser utilizados como instrumento de viabilização de direito ao acesso à educação.

## **A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA PRIVADO-CONFESSIONAL**

A política de educação no Brasil é fruto de uma sociedade que historicamente se caracterizou desigual e excludente onde a classe trabalhadora esteve sempre à margem de receber uma educação digna a qualquer cidadão, devendo ser ela, de acordo com a constituição de 1988, gratuita e de qualidade. Ao analisar a história da educação no Brasil, segundo grandes autores como Rosa Pinto (1986) e Demerval Saviani (2008), é possível

perceber que a educação agregou historicamente um compromisso com os interesses do capital, ou seja, as reformas políticas, assim como, programas formulados se atrelavam, grosso modo, às exigências do mercado, dentro da dinâmica econômica do país e seus determinantes sociais. A educação tinha um caráter dualista que além de ser necessária para o desenvolvimento do indivíduo, se fazia necessário à lógica do mercado no que diz respeito a uma mão de obra eficaz e correspondente às inovações econômicas e tecnológicas emergentes.

A promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB – Lei n. 4.024/61) foi uma resposta à necessidade de uma estruturação do sistema Nacional de educação. Para a União tornou-se competência legislar as diretrizes e bases da educação nacional. Nesse período, a educação já era concebida como direito para todos. A regulamentação efetiva da educação no Brasil veio a partir da Constituição Federal (CF) de 1988, mesmo que tenha sido posteriormente reafirmada em outras leis que estão ligadas diretamente à educação como a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001, entre outras. Essas leis e estatutos ressaltam o direito de todos à educação e isso é abordado de alguma maneira nas Leis, resoluções dentre outros instrumentos que passa a constituir a educação como política pública.

A gênese da educação brasileira esteve arraigada em bases elitistas e religiosas, a educação era oferecida de forma diferenciada para cada classe, com objetivo principal de contribuir para manutenção do sistema capitalista, para classe trabalhadora a educação se voltava para produção com qualificações somente direcionadas para a atividade produtiva cada vez mais lucrativa e menos onerosa. E esse modo de educar veio desde o império até o século XX quando passou a receber mudanças. Com a criação da LDB em 1961, muitas questões sobre a forma de oferecer a educação foram objetivadas como a educação pública e privada que poderiam ser oferecidas tanto pela rede pública quanto pela rede privada para todos os níveis de ensino, o Estado estava incumbido de destinar 12% de sua receita em impostos para educação e os municípios 20%, segundo a Lei. O fato do Estado não ter a responsabilidade de oferecer o ensino primário gratuito nessa época contribui para o crescimento do setor privado e mesmo a Lei sendo revisada uma década depois a mercantilização do ensino já havia se estabelecido na educação do país.

O ensino privado na educação brasileira passa pela escola confessional, principalmente católica, até pelas amarrações históricas em que está envolvida. E mesmo ao longo dos anos e das garantias constitucionais acerca do dever do Estado em prover uma educação pública, sempre foi deixado aberto o espaço para a livre iniciativa no ensino privado. É possível perceber que na história da educação brasileira o Estado se ausenta cada vez mais do seu dever de garantir o direito e o acesso à educação gratuita e de qualidade. Nesse cenário, o Terceiro Setor ganha espaço, e a filantropia que outrora se caracterizava pela benemerência se institucionaliza e passa a “garantir” esse acesso sob forma de lei e sobre concessões com empresas e instituições sem fins lucrativos. É nesse processo de ampliação do acesso à educação que o Estado divide sua responsabilidade com o Terceiro Setor, onde investe financeiramente para que haja através dos incentivos fiscais ações assistenciais por parte do setor privado, que abre mais um espaço de trabalho para o Assistente Social, que nas instituições privadas de ensino trabalham diretamente na concessão de bolsas de estudos ou gestão de projetos sociais a população “carente”.

Pensar o Assistente Social ocupando esse espaço profissional se constitui antes de tudo um desafio, não apenas o desafio do serviço social na educação de modo geral, mais especificamente o serviço social em colégios confessionais religiosos e na grande maioria privados, que trazem, em sua bagagem histórica, ações de cunho caritativo e por benesse cristã de uma filantropia outrora assistencialista. Santos (2012) afirma que, é a partir da atuação do Assistente Social nesses espaços, como profissão interventiva e propositiva a fim de que tais ações e práticas passem a vigorar pela perspectiva do direito social.

Os profissionais de Serviço Social que ocupam esses espaços são amparados pela Lei da Filantropia, sancionada em 27 de novembro de 2009 (Lei n. 12.101/09) e desenvolvem nos colégios privado-confessionais predominantemente o trabalho de execução da política de concessão de bolsas de estudos. Assim sendo, estes profissionais têm como atribuição privativa (de acordo com a Lei 8.662/93 que regulamenta a profissão) coordenar o processo de concessão da bolsa filantrópica obedecendo aos critérios da Lei supracitada onde a entidade de educação deve aplicar 20% da receita anual na concessão de bolsas de estudo, que segundo a lei, para cada nove alunos pagantes um deve ser bolsista integral ou dois parciais, obedecendo a renda estabelecida em lei, que corresponde a uma renda per

capta de 1 (um) e ½ (meio) salário mínimo para a bolsa integral (100%) e até 3 (três) salários mínimos para uma bolsa parcial (50%).

É a partir da solicitação da bolsa que o Assistente Social vai desenvolver um estudo da realidade econômica e social da família, de acordo com a lei, fazendo uso do seu arsenal técnico e instrumental para identificar as famílias que se encontram com perfil socioeconômico para usufruir o direito a bolsa. E como já foi dito esta é uma atribuição privativa do Assistente Social. Apesar de se constituir um desafio para o Serviço Social, intervir na educação básica privada e confessional, seu papel é fundamental para integração da comunidade escolar com as suas famílias, com a comunidade e redes sociais e assistenciais para que as demandas se mostrem para além do rotineiro.

O trabalho do Assistente Social nesse espaço deve ir além de mero “procedimento”, pela possibilidade de “ver” além do aparente e intervir sobre outras perspectivas além da preestabelecida institucionalmente e pelas vias legais, estando sempre comprometido com a luta pela garantia de direito contribuindo para o desenvolvimento social, político e cultural dos sujeitos. O Assistente Social na educação privada, filantrópica e/ou confessional não apenas legitima o público qual atende para os órgãos fiscalizadores, mas também dispõe de possibilidades para o desvelamento de sua profissão nesse espaço, mediante a efetivação dos direitos sociais com o atendimento disponibilizado ao público de alunos bolsistas e demais, como também as suas famílias, as quais na sua maioria são oriundas de situações de risco pessoal ou social.

As possibilidades se ampliam à medida que o profissional se coloca para as mesmas, seguindo ao compromisso ético-político da profissão, usando de seu aparato teórico metodológico e técnico operativo é possível atuar frente às famílias através das reuniões de pais, buscar meios para subsidiar a permanência de alunos que se encontram com dificuldades para inclusão escolar que vai além do processo de inserir apenas com bolsa. E se tratando do campo da educação, o Serviço Social assume como perspectiva trabalhar, também, o desenvolvimento de cada aluno no despertar desse público para serem formadores de opinião, transformadores do seu cotidiano, responsáveis por seus atos, construtores de ideias inovadoras, questionadores da sua realidade e participantes ativos da sua própria história (SOUZA, 2005). Quando o profissional de Serviço Social se coloca para efetivação da política de concessão de bolsas, torna-se possível compreender que essa se constitui uma prioridade na

execução de suas atividades, demandadas tanto pela instituição de ensino que a contratou, quanto pelo público usuário que solicita esse serviço. Para tanto, o Assistente Social não pode esquecer que seu trabalho vai além de práticas fixadas na Lei n. 12.101/09, é preciso estar claro para esse profissional que seu fazer colabora diretamente para a garantia do direito constitucional à educação e o fato de estar sobre outros moldes, que é resultado do próprio processo histórico no qual a educação se insere, não isola seu fazer diante dessa garantia magna.

Sendo a categoria, também classe trabalhadora, que sofre com as tensões do mercado capitalista de “manda quem pode, obedece que tem juízo”, que para essa realidade vai além do “juízo” para as necessidades do trabalhador se manter no mercado. Como afirmam Barroco e Terra (2012), à autonomia não é dada, e sim construída sobre tensões no cotidiano profissional ancorada na necessidade de independência técnica para fazer escolhas que estejam em sintonia com os princípios e normas do Código de Ética Profissional na perspectiva de empreender um trabalho de qualidade, que possibilite garantir e ampliar direitos ao usuário. Para tanto, este é um desafio que infelizmente contempla a categoria em geral, mas que não deve ser linha paralisante das lutas e conquistas dos Assistentes Sociais.

## **A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO COLÉGIO SALESIANO DOM BOSCO**

O Colégio Salesiano Dom Bosco, foi fundado em 31 de janeiro de 2005, na Avenida Santo Antônio de Pádua, no bairro de São Marcos, na cidade de Salvador/Ba. Conforme seu Estatuto é uma associação civil, sem fins econômicos, de natureza filantrópica, educacional, cultural, com certificação concedida às Entidades Beneficentes de Assistência Social - (CEBAS), cristã, inspirada e animada pelas diretrizes da Rede Salesiana de Escolas da Inspeção Salesiana Nordeste. Portanto, suas atividades são voltadas para a educação básica, evangelização e Assistência Social e a direção do colégio é assumida por um padre Salesiano.

O Colégio Salesiano Dom Bosco, desempenha suas atividades de Assistência Social através do cumprimento da Lei n. 12.101/09 (Lei da Filantropia), que visam à concessão de bolsas de estudo para educação básica, atendendo aos critérios determinados pela mesma, em consonân-

cia com a Política Nacional de Educação (PNE). Para isso, no entanto, é necessário uma equipe de profissionais para responder as diversas demandas e exigências determinadas pela Lei, entretanto, é delegado somente ao Assistente Social à responsabilidade de organizar o processo de concessão e renovação da bolsa filantrópica, se encarregando de elaborar os editais e coordenar todo o processo seletivo.

Neste sentido, a partir dos lançamentos dos editais, as demandas do Serviço Social passam a ser majoritariamente para operacionalização da Lei da Filantropia. É a partir da solicitação da bolsa que o profissional vai desenvolver um estudo da realidade econômica e social da família, utilizando os instrumentos técnicos do Serviço Social, como: análise socioeconômica, entrevista social e visita domiciliar e assim conceder um parecer à instituição sobre quais famílias estão dentro do perfil para respectivas porcentagens de gratuidade, sejam elas de 100% ou 50%.

É importante destacar que a entrevista social realizada com as famílias, permite conhecer e investigar as mais plurais e únicas realidades dos sujeitos que ali chegam. Todos os registros que compõem esse instrumento enriquecem essa sistematização e dá suporte crítico e teórico ao fazer profissional no cotidiano da Assistente Social. Além de ser um aparato de ação de decisão, o que reafirma a importância do assistente social nesse contexto de atuação.

A entrevista implica o relacionamento profissional em todos os sentidos: na postura atenta e compreensiva, sem paternalismo; na delicadeza do trato com o usuário do serviço, ouvindo-o, compreendendo-o e, principalmente, “enxergando-o” como um sujeito de direitos (MAGALHÃES, 2006, p. 48).

O Serviço Social se debruça em atender as demandas do processo de seleção e renovação para filantropia, assim como, acompanhar as famílias selecionadas. Com isto, as atividades desenvolvidas pelo setor, são: reunião anual com os pais dos alunos bolsistas, acompanhamento das notas e frequência escolar junto à equipe pedagógica, emissão de frequência dos bolsistas para o programa bolsa família, elaboração de relatório quantitativo para o setor de contabilidade, além dos atendimentos a comunidade externa para quaisquer informações que chega ao setor.

Apesar da inserção da profissão nesse contexto por obrigações legais, compreende-se que o Assistente Social contribui não somente no processo de concessão, renovação e cancelamento de bolsa de estudo,

como também, tem o compromisso ético profissional de garantir o acesso à educação e acompanhar o estudante em seu processo educativo, visando à sua permanência e sucesso escolar. Sabe-se que a inserção do Assistente Social na escola fornece ações que tornem a educação uma prática de inclusão social e de formação cidadã, proporcionando assim, mudanças sociais.

Por isso, o Assistente Social deve ter o compromisso de participar ativamente da vida escolar dos alunos, estreitando e reforçando a relação família x escola, laço importante para o desenvolvimento pedagógico do discente.

No entanto, não podemos invisibilizar a demanda exaustiva que se instala no setor, exigindo do profissional uma dedicação cada vez maior, diminuindo a qualidade e eficiência do seu trabalho. Nesses termos, é importante ressaltar que o Assistente Social é contratado pela instituição para vender a sua força de trabalho, com uma finalidade, no entanto, o seu olhar crítico lhe apresenta outras, cabíveis e necessárias de intervenção, pois estamos falando de histórias de vidas que vão muito além de uma análise documental, estamos falando de particularidades e singularidades, de famílias e indivíduos, que se apresenta ao setor.

Raichelis (2011) ressalta sobre a relevância de instrumento de trabalho que, não sendo de propriedade do assistente social, devem ser colocados à sua disposição pela instituição, a exemplo de recursos materiais, humanos, financeiros, para o desenvolvimento de programas, projetos, serviços, benefícios, para um atendimento, atribuições e competências. No entanto, se isso não ocorre, atribuímos há uma precarização do trabalho do Assistente Social. E as implicações desse processo, que incidem na autonomia relativa desse profissional, que não possui o poder de definir as prioridades nem o modo pelo qual pretende desenvolver o trabalho socialmente necessário, na instituição.

Atualmente a atuação do Serviço Social segue um padrão institucional a nível inspetoria, onde se tem uma Assistente Social, na diretoria, responsável em construir e planejar todo instrumental para o processo seletivo das bolsas de estudo em todas as escolas da rede Salesiana do Nordeste. Outrora eram realizadas reuniões anuais e coletivas para troca de experiências entre as assistentes sociais da rede e planejamento conjunto das atividades a serem desenvolvidas. Onde cada Assistente Social, tinha autonomia, para desenvolver seu trabalho a partir da leitura de realidade



feita pela profissional dentro da escola e região em que estava inserida.

Com a padronização o Assistente Social tem que se reinventar e reafirmar o seu papel na instituição, pois a padronização tende a burocratizar o seu trabalho, é preciso estar atento para tais armadilhas. Todo esse processo de organizar, executar e acompanhar o processo concessão/re-novação dá ao serviço social da instituição relevante autonomia gerando um grau de confiança e dependência da instituição pelo parecer da Assistente Social frente à determinação legal. Mas infelizmente essa relação de autonomia, dependência e confiança se encerra aí, pois a finalidade é exatamente essa, não visualizando tantas outras possibilidades de intervenção do serviço social.

Mas uma vez a importância da entrevista social com as famílias e os alunos, promove um conhecimento apurado de cada realidade, trazendo também uma reflexão sobre o cotidiano profissional, as formas de enfrentamento e a construção de alternativas de intervenção a cada atendimento.

O trabalho dos assistentes sociais na rede privada de ensino no contexto de escola confessionais/filantrópicas ultrapassa a exclusividade de atender a determinações legais que o insere nesse espaço de atuação, do instrumental que utiliza, das condições de trabalho que possui, seja em estrutura ou através dos vínculos que se estabelecem, pois através dos fazeres cotidianos que é possível encontrar demandas mais profundas e relevantes, aumentando as possibilidades de intervenção frente às expressões da questão social que também se apresentam nesse espaço privado/confessional.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A sistematização da prática do assistente social no Colégio Salesiano Dom Bosco e as reflexões aqui apresentadas se traduzem a inúmeros desafios a serem enfrentados pelo Serviço Social nas escolas confessionais, que trazem em suas históricas raízes práticas filantrópicas e pontuais. É de extrema importância trazer para essa realidade uma reflexão contínua do fazer profissional do Assistente Social, a fim de ser mais que respostas institucionais as demandas pré-estabelecidas, colocando o sujeito no centro da intervenção e a relação estabelecida como um campo de possibilidades, que geram significado para além do que está posto.

O processo de concessão e renovação de bolsas de estudos que anualmente é realizado no salesiano Dom Bosco acaba se perdendo na mecanização das atividades e a dimensão crítico-investigativa passa despercebido. O Assistente Social atua e é participante de muitas realidades trazidas pelas famílias nesse processo, refletir frente a cada uma dessas realidades traz um fazer no mínimo comprometido.

A lei da filantropia garante o acesso aos alunos de baixa renda a tais espaços educacionais, entretanto, é preciso lembrar que a questão social também se apresenta nestes espaços de diferentes formas, e muitas vezes camuflada. O desafio de lidar com a autonomia relativa na maioria das vezes impede que o assistente social proporcione ao aluno, além da bolsa de estudos, condições mínimas aos demais, pois estamos falando de um público que necessita para além da bolsa, condições matéricas para sua permanência na instituição.

O fato de a instituição ter apenas um profissional para acompanhar os alunos bolsistas e suas famílias, torna o seu trabalho limitado, não tendo tempo hábil de acompanhar a cada aluno e suas respectivas famílias durante o ano letivo e assim favorecer o seu bom desempenho em todos os aspectos.

É necessário um engajamento institucional, um olhar ético e humano para realidade dessas famílias que fazem parte da comunidade escolar. É que ainda caminha para uma visibilidade merecida enquanto sujeitos de direito e não apenas números que fazem parte de uma contabilidade de bolsistas na instituição. É preciso uma articulação instituição/serviço social disposta ir para além das obrigatoriedades legais, preocupando-se com a formação de cada discente de forma igualitária. Criando mecanismos que possibilitem ao profissional uma atuação abrangente no acompanhamento do aluno.

Neste sentido, a sistematização das atividades se apresenta como um recurso que agrega e enriquece o fazer profissional. E as famílias devem encontrar no Serviço Social acolhimento e direcionamento a uma política social propositiva e interventiva frente as suas realidades.

## **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, N. L. T. Retomando a Temática da “Sistematização da Prá-

- tica” em Serviço Social. **Revista Em Pauta**. Rio de Janeiro, n. 10, 1997.
- ALMEIDA, N. L. T. O Serviço Social na Educação. In: **Revista Inscrita**. N. 6, CFESS, 2000. p. 19-24.
- BARROCO, M. L. S. TERRA, S. H. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. Brasília: CFESS; São Paulo: Cortez, 2012.
- BATTINI, O. **As determinações Sócio-Históricas do Serviço no Paraná: gênese e institucionalização**, 2009.
- BRASIL. **Código de Ética do Assistente Social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10ª Edição revista e atualizada. 3ª CFESS, 19.
- BRASIL. **Constituição Federal**, 1988.
- BRASIL, Decreto n. 7.237/2010, que regulamenta a Lei n.º 12.101/2009. **Lei da Filantropia**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/112101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112101.htm). Acesso em: 15 jan. 2021
- BRASIL. **Lei da Filantropia**. Decreto nº 7.237/2010, que regulamenta a Lei 12.101/09. Que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social.
- BUENO, C. M. O. **Entre-vista: Espaço da construção subjetiva**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br>. Acesso em: 10 out. 2016.
- FALEIROS, V. DE P. **Estratégia em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2007.
- LEWGOY, A. M. B. SILVEIRA, E. M. C. A entrevista nos processos de trabalho do assistente social. **Revista Textos & Contextos**. Porto Alegre v. 6 n. 2 p. 233-251. jul./dez. 2007.
- OLIVEIRA, D. DE A. R. **O trabalho do assistente social nas instituições privadas de ensino: o contexto das escolas confessionais de Salvador (BA)**. 92 f. 2016. Monografia (graduação) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.
- PINTO, R. M. F. **Política educacional e Serviço Social**. São Paulo, Ed. Cortez, 1986.
- ROSA, J. A assistência social tipo educação formal: obrigações do Estado

e das associações beneficentes do tipo escola portadora do certificado de entidade beneficente do CNAS. **Revista do CEPEJ**, Salvador, n.8, p.301-318, jul./dez. 2007.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011.

SOUZA, Í. L. Serviço Social e Educação: uma questão em debate. In: **Revista Interface**. v.2 – n.1, Natal, 2005.